

## DA ESPIRAL DO CONHECIMENTO À CATALOGAÇÃO

**ELIANE SERRÃO ALVES MEY**

Biblioteca  
EBTU  
70040 Brasília, DF

Sugere-se uma nova representação do ciclo da informação. A partir desta, a Catalogação se apresenta como um processo de comunicação entre usuário e conhecimento registrado. Define-se a Catalogação e determinam-se seu objetivo, suas funções e partes.

### 1. A ESPIRAL DO CONHECIMENTO

"Neste ponto, deve-se lembrar Uruvick, que afirmava que nada podemos fazer sem a teoria. Ela sempre denotará a prática por uma simples razão. A prática é estática. Ela realiza bem o que conhece. Contudo, ela não tem nenhum princípio com que possa lidar no caso do que não conhece... A prática não está adaptada aos rápidos ajustamentos oriundos de mudanças no meio ambiente. A teoria é versátil. Ela adapta-se a mudanças de circunstâncias, descobre novas possibilidades e combinações, perscrutando o futuro"(1).

Um dos problemas básicos que vivenciamos em cursos de Catalogação é o confronto entre a necessidade imediata de aprendizagem das **regras**, do(s) código(s) ou norma(s) em vigor, e a necessidade, a longo prazo, de discernimento sobre as próprias regras. Regras, normas e códigos mudam com o tempo. A Catalogação permanece, acima e independentemente destes. No entanto, não se pode pensar a Catalogação sem antes localizá-la em horizonte mais amplo: o da própria relação entre ser humano e conhecimento.

---

1 Discorda-se do termo **ciclo da informação**. A informação isoladamente, não significa nada. O que se tem, na verdade, é um ciclo do conhecimento, este sim mais abrangente, implicando em conteúdo e aquisição de conteúdo.

## Da espiral do conhecimento à catalogação

Para Carl Sagan, "a paixão por aprender é a ferramenta da sobrevivência"(2). E para Saracevic; "A informação é um fator vital, tanto para a subsistência dos indivíduos como da sociedade"(3). Segundo Whitehead; "De fato, a arte da vida consiste em: primeiro, estar vivo; segundo, estar vivo em condições satisfatórias; e terceiro, conquistar um aumento de satisfação"(4). Em resumo: "(...) (i) viver, (ii) viver bem, (iii) viver melhor"(4). Assim, para a mera sobrevivência, ou para o viver melhor, o seu humano precisa de conhecimentos. Visando sua própria descendência, ou gerações futuras, repassa esse conhecimento – oralmente ou registrando-o. Cada indivíduo que recebe um conhecimento o faz dentro de seus próprios valores e níveis de percepção. Isto é, decodifica-o a seu modo, transformando-o e repassando-o segundo sua ótica. Portanto, há um grande equívoco na representação do ciclo da informação<sup>1</sup> como um círculo (mesmo considerando-se tal círculo ao infinito). Ranganathan, em artigo sobre Ciência da Biblioteca e Método Científico(5), representou o método científico através de uma espiral. Esta espiral se adapta integralmente ao ciclo do conhecimento (individual ou como um todo):

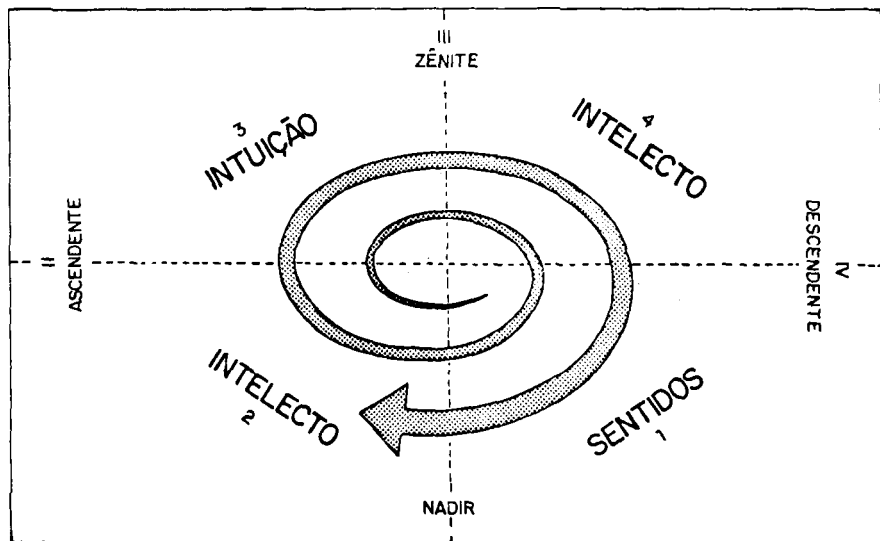


Figura 1: Espiral do conhecimento

Por exemplo:

. suponha-se um indivíduo que tenha lido ou tentado ler o *Ulysses* de Joyce e não tenha compreendido absolutamente nada; ou apenas, um aluno reprovado em dada matéria. Aparentemente, em ambos os casos, houve experiências negativas (até podem sê-lo do ponto de vista psicológico). No entanto, sob o aspecto prático, existe um ganho real: ambos, pelo menos, já sabem que existe um conhecimento do qual não partilha – um avanço na espiral, mesmo que insignificante;

. suponha-se, também, que certa pesquisa leve à detecção de erro no encaminhamento ou na metodologia utilizada. Não há retorno ao ponto de partida, mas um avanço na espiral, na medida em que demonstra como não fazer.

Não há um círculo, mas uma espiral, na medida em que qualquer aprendizagem, mesmo aparentemente negativa, significa um avanço (para o indivíduo, ou para o conhecimento de modo geral).

Ranganathan dividiu sua representação (aqui mantida na íntegra, exceto quanto aos termos específicos do método científico) em quadrantes:

a) no primeiro, ou **nadir**, há os sentidos – a necessidade de sobrevivência (ou de viver melhor) leva o indivíduo à busca do conhecimento;

b) no segundo, ou **ascendente**, há o intelecto – o indivíduo usa seu intelecto para apreender o conhecimento e refletir sobre o mesmo;

c) no terceiro, ou **zênite**, há a intuição – o indivíduo usa sua intuição (ou percepção) para decodificar o conhecimento apreendido, tirar suas próprias conclusões, seu próprio aprendizado;

d) no quarto, ou **descendente**, há de novo o intelecto – o indivíduo transforma o conhecimento adquirido em novo conhecimento e, algumas vezes, registra-o, de acordo com sua ótica e conclusões.

O uso de termos de astronomia, nadir, zênite, ascendente e descendente, não significa, em momento algum, que o indivíduo esteja de fato em processo crescente ou decrescente; apenas, ele deverá reiniciar a trajetória. De qualquer modo, a espiral sempre demonstra um crescimento em relação ao estágio anterior.

E, nessa representação, onde se enquadra a Biblioteconomia (ou a Catalogação)?

Primeiramente, há o fato inegável de o conhecimento registrado ser a matéria-prima da Biblioteconomia. Em segundo lugar, há o fato, também inegável, de se considerar o conhecimento como um bem. (Interessante verificar que essa perspectiva independe de culturas específicas). Para preservação e disseminação desse bem, no tempo e no espaço, criaram-se as bibliotecas. Cabe aqui uma pequena digressão sobre a idéia de disseminar. Muitos talvez discordem: houve (e ainda há) bibliotecas aparentemente não voltadas à disseminação do conhecimento registrado. No entanto, mesmo essas visavam a disseminação, embora a grupos restritos, ou muito restritos. Se a alguém não interessa transmitir conhecimento registrado, este alguém o destrói, não o preserva de forma alguma (E tem sido essa a atitude ao longo da história, seja por fanatismo religioso, ideológico, ou como meio de dominação sobre outrem). Por-

tanto, cabe às bibliotecas preservar e disseminar o conhecimento registrado. Mas a disseminação implica dois planos distintos:

- a) o simples **colocar à disposição** (agente passivo) e;
- b) o **levar** o conhecimento registrado até o indivíduo (agente ativo).

Este último plano parece o mais adequado à Biblioteconomia. Para justificar tal afirmativa, podem-se usar teorias de outras áreas do conhecimento, em especial as da Comunicação.

### 2. O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NA BIBLIOTECA.

Uma biblioteca não é uma instituição isolada do mundo, mas parte integrante deste, em um meio ambiente que interage. Assim, em princípio, pode ser visualizada sob quatro ângulos: do autor, do grupo social que cria a biblioteca, do usuário e da própria biblioteca.

O modelo básico do processo de comunicação (Shannon & Weaver, apud Littlejohn (6), compreende:

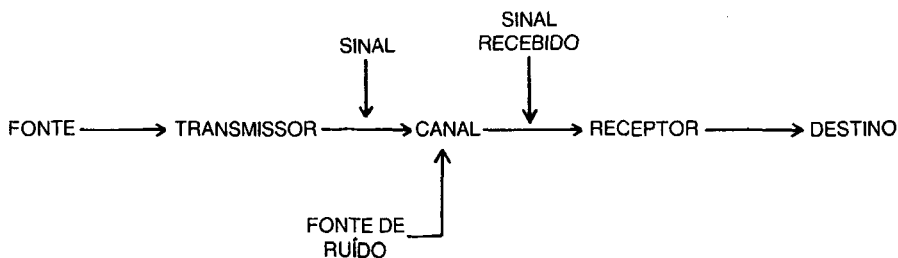


Figura 2: Modelo básico do processo de comunicação

onde: a fonte gera mensagem, codificada e repassada por um transmissor, através de um canal, até um receptor, que decodifica a mensagem e a transmite a um destino. O sinal, transmitido e recebido, é a mensagem codificada. A fonte de ruído significa qualquer interferência que prejudique ou dificulte a inteligibilidade da mensagem.

Adaptando-se esse modelo (de modo simplificado) à perspectiva do autor em relação à biblioteca, obtém-se <sup>1</sup>:



Figura 3: O ponto de vista do autor

Um autor (isto é, o indivíduo responsável pelo conteúdo intelectual de um item, ou conhecimento registrado) espera que sua obra seja vista, lida ou ouvida por alguém. Desta forma, há sempre “um item à procura de um usuário”, ou como está expresso na segunda Lei de Ranganathan: “A cada livro o seu leitor”. Para o autor, a biblioteca é um dos canais de divulgação de sua obra.

Para o grupo social que cria a biblioteca, esta é uma fonte de provisão de suas necessidades de conhecimento, tendo como transmissor seus serviços e, como canal, os produtos desses serviços:

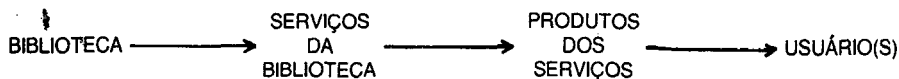


Figura 4: O ponto de vista do grupo social

1 O receptor e o destino, no caso, são um só, uma vez que não se podem separar os sentidos do cérebro que os comanda.

## Da espiral do conhecimento à catalogação

A mensagem inicial do autor, contida no item, é codificada pelos serviços da biblioteca (catalogação e referência bibliográfica, por exemplo) e transmitida através dos produtos desses serviços: catálogos, bibliografias, serviços de referência diversos, entre outros. Os serviços elaboram outra mensagem codificada, que se fundamenta na mensagem do autor (por exemplo: uma ficha catalográfica e um registro bibliográfico nada mais são do que mensagens codificadas, que se baseiam em um item específico).

Para a própria biblioteca, o item é a fonte da mensagem a ser repassada ao usuário (tendo em vista seu plano de disseminação):



Figura 5: O ponto de vista da biblioteca

Até aqui, o usuário aparece como um receptor/destino passivo, recebendo o que outros lhe querem transmitir. Mas ele não o é, em absoluto. O indivíduo, quando atinge o **nadir**, possui mensagem interna própria, que sintetiza seus objetivos na busca do conhecimento registrado (lazer, estudo, pesquisa, ou qualquer outro). Cabe, assim, aos produtos dos serviços da biblioteca (catálogo, por exemplo), estabelecer uma interseção entre a mensagem do autor e a mensagem interna do usuário, o que se poderia representar como:

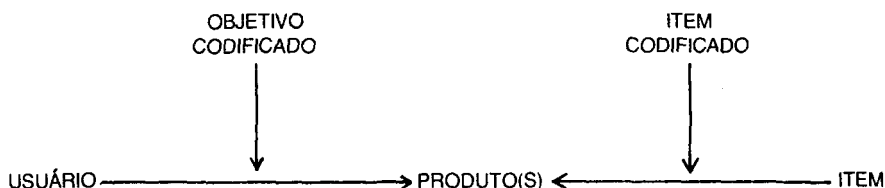


Figura 6: Interseção entre mensagens

Toda mensagem implica no uso de um código (seja este lingüístico, auditivo, visual, ou qualquer outro). Embora a mensagem do autor – o item – já utilize um código, ela própria é codificada, por sua vez, quando analisada e tratada na biblioteca, gerando um novo código sintetizador de suas características.

Resumindo-se as perspectivas anteriores, chega-se ao modelo básico do processo de comunicação na biblioteca:

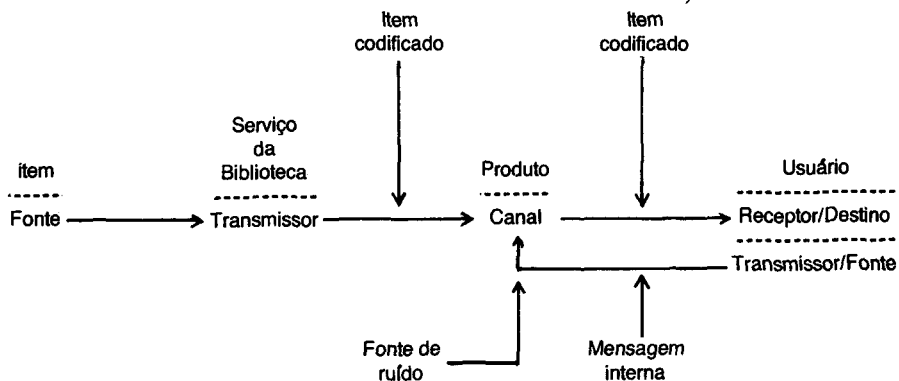


Figura 7: O processo de comunicação na biblioteca

O possível ruído existente pode derivar-se da não compreensão exata do código utilizado, ou da própria organização do canal. A inexistência de um item não caracteriza ruído; apenas modifica a decisão do usuário.

Retomando-se a espiral de Ranganathan, posicionam-se os serviços da biblioteca e seus produtos, nesse processo de comunicação, no segundo quadrante, como um meio de possibilitar ao indivíduo um crescimento na espiral. A relação entre a espiral do conhecimento registrado e a Biblioteconomia se pode representar como:

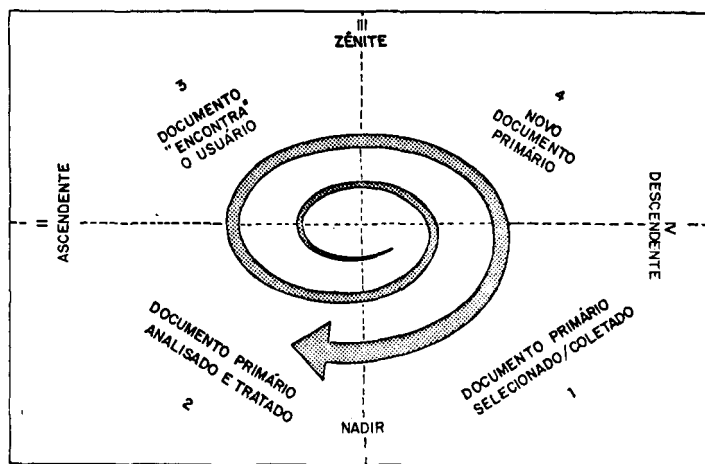


Figura 8: Espiral do conhecimento e Biblioteconomia

Visualizada a Catalogação como um transmissor/codificador de mensagens, pode-se agora buscar defini-la.

### 3. DEFINIÇÃO, OBJETIVO E FUNÇÕES DA CATALOGAÇÃO

Outro grande equívoco da literatura reside na definição da Catalogação. De modo geral, os autores a definem como o ato (processo, técnica ou arte) de elaborar catálogos. Paralelamente, há o uso generalizado do termo **catalogação** restrito à descrição bibliográfica e à escolha dos pontos de acesso de responsabilidade e título – também uma perspectiva errônea.

Muito mais abrangente do que o catálogo, não é apenas através deste que a Catalogação veicula sua mensagem (ou seja, codificação da mensagem do autor contida no item). Não somente outros produtos se derivam da Catalogação (bibliografias nacionais e catalogações na fonte, por exemplo), como dela se utilizam outros serviços da biblioteca (seleção e aquisição, controle patrimonial, entre outros). Desse modo, a Catalogação não se limita (como o catálogo) a itens existentes em acervo(s) determinado(s); abrange também aqueles passíveis de inclusão. Por outro lado, uma catalogação completa, terminada, de um item, implica, ainda, a determinação de pontos de acesso de assunto e, freqüentemente, dos dados de localização (número de chamada, por exemplo). Por fim, um catálogo não é apenas um inventário de determinada coleção, mas um canal estruturado. As mensagens que veicula, mais do que unidades independentes, se inter-relacionam, formando uma estrutura única. Em consequência, catalogar não significa, absolutamente, um processo mecânico de redigir mensagens codificadas, a partir de regras pré-estabelecidas. O que nos leva a definir:

**Catalogação** é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários e usuários potenciais desse(s) acervo(s).

O **objetivo** da Catalogação é vincular as mensagens contidas nos itens a mensagens internas dos usuários, de forma a tornar esses itens acessíveis ao universo de usuários.

Ou seja, a Catalogação não objetiva, apenas, atender à perspectiva do usuário, mas também exprimir a ótica do autor, fazendo com que cada item encontre seu usuário. A acessibilidade do item abrange esses dois planos.

Toda mensagem pode informar, instruir ao motivar o público a que se destina (6). A Catalogação informa quando localiza um item determinado; instrui quando permite ao usuário escolher entre as várias manifestações de um item determinado; motiva quando permite ao usuário escolher itens que lhe eram até então desconhecidos.



Tendo em vista o catálogo do público como canal de comunicação das mensagens elaboradas pela Catalogação, distinguem-se dois tipos de usuários (ou público-alvo) para estas mensagens:

- a) no âmbito de uma biblioteca específica, um indivíduo (parte de seu público-alvo), uma vez que as relações indivíduo/conhecimento registrado e, em consequência, indivíduo/catalogação são inteiramente pessoais;
- b) no âmbito do sistema (formal ou informal) de bibliotecas, outras bibliotecas, por sua vez representantes de seus usuários próprios.

O que nos permite determinar como **funções** da Catalogação:

- a) Permitir a um usuário:
  1. localizar um item específico;
  2. escolher entre as várias manifestações de um item específico;
  3. escolher entre vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum;
  4. expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna, isto é, *dialogar* com o catálogo.
- b) Permitir a um item encontrar seu usuário.
- c) Permitir a outra biblioteca:
  1. localizar um item específico, não existente em seu próprio acervo;
  2. saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio.

E como conciliar a diversidade e a uniformidade simultaneamente exigidas para o cumprimento dessas funções? Afinal, torna-se necessário diversificar ao máximo, para se atingir o maior número de usuários/indivíduos; paralelamente, uniformizar ao máximo, para a exata compreensão do código utilizado nas mensagens.

#### 4. PARTES DA CATALOGAÇÃO

As diferentes partes da Catalogação permitem a diversidade e a uniformidade simultânea (Como já dito anteriormente, a Catalogação não compreende, apenas, descrição bibliográfica).

Em princípio (e ressalta-se este **em princípio**<sup>1</sup>) a Catalogação se constitui de: número de chamada, descrição bibliográfica e pontos de acesso (responsabilidade, título – aí incluído o de série – e assunto).

1 Existe ainda uma outra parte, hoje considerada como **nota**, mas que na verdade corresponde a uma outra entrada, a qual se poderia denominar **entrada intermediária**: a **nota** que descreve (parcial ou integralmente) outro bem, relacionando ao item-base da Catalogação. Por exemplo, **notas** do tipo: **com**, título original, **continuado por**, entre outras.

Quanto ao número de chamada, este é totalmente livre e depende, apenas, de decisões da própria biblioteca sobre a forma de armazenagem de seus itens. Isto é, trata-se do ângulo de visualização da biblioteca sobre si mesma e seus objetivos. Devido ao incremento de redes e sistemas, com o uso de computadores, o número de chamada, muitas vezes, não é suficiente para a localização de um item, e há necessidade de uma indicação da biblioteca específica que possui o item em seu acervo. Portanto, sugere-se denominar esse conjunto como **dados de localização**, onde se incluem número de chamada e identificação da biblioteca. Esta última se determina em função dos objetivos da rede ou sistema (não mais uma única biblioteca, mas um conjunto delas).

A segunda parte da Catalogação é a descrição bibliográfica. Há uma característica fundamental na descrição: ela individualiza os itens, torna cada um único entre os demais. Em vista da individualização, vê-se obrigada à maior uniformidade possível, sob pena de transformar-se em algo ininteligível. No entanto, por uniformidade entende-se: a mesma informação, transcrita da mesma forma, na mesma posição. Uniformidade não significa, absolutamente, **a mesma quantidade de informações**. Bibliotecas diferentes, com objetivos e público-alvo diversos, não têm as mesmas necessidades. Há um elenco mínimo de dados (ainda a ser exatamente definido), capaz de identificar e individualizar um item. A partir desse elenco mínimo, qualquer biblioteca pode definir as informações adicionais necessárias a seus objetivos e público. A descrição bibliográfica, por sua característica de uniformidade, deve ser a forma de comunicação por excelência entre as bibliotecas: qualquer biblioteca, em qualquer parte do mundo, analisando o mesmo item-base, poderá retirar deste as mesmas informações. O que está registrado (impresso, gravado) no item é imutável e passível de verificação.

A terceira parte da Catalogação se constitui dos pontos de acesso. Estes, sim, voltam-se inteiramente ao usuário. Devem adaptar-se a seu nível de conhecimento, a seu universo e a seus objetivos. Os pontos de acesso, ao contrário da descrição, buscam agrupar itens sob um ponto de vista único, permitindo a um item encontrar seu usuário. Relaciona itens, exprime a mensagem do autor e possibilita ao usuário exprimir sua mensagem interna. É a chave de entrada para o catálogo. Hoje, existe já a compreensão desse enfoque quanto aos pontos de acesso de assunto e título(s), adaptados a diferentes realidades. Falta ainda maior estudo sobre os pontos de acesso de responsabilidade, perdidos em tentativas infrutíferas de padronização, que não satisfazem as bibliotecas nem facilitam a compreensão do usuário. Algumas normas, fundamentadas no bom-senso (como aquelas para nomes pessoais), tornam-se universalmente aceitas (exceto alguns poucos casos discutíveis). Porém, quanto a entidades coletivas, geram inúmeros problemas de interpretação e discussões intermináveis, sem benefício algum para usuários e bibliotecas. O que se deve ter em mente, na determinação dos pontos de acesso, é o fato de estes permitirem ao usuário (obviamente entre outros recursos) a passagem entre o primeiro e o segundo quadrantes da espiral.

## 5. CONCLUSÃO

Uma das características de nosso ensino (não apenas de Catalogação) é a apresentação de um problema específico, vinculado à aprendizagem de diversas soluções, cabendo ao aluno, apenas, determinar a solução adequada ao problema. Porém, em nosso cotidiano, a situação é exatamente inversa: deve-se identificar o problema a ser resolvido. A Catalogação não foge à regra. Transmitem-se normas e exemplos, quando a dificuldade real consiste na identificação correta dos elementos e pontos de acesso necessários ao público.

Por exemplo:

- se o catalogador souber, exatamente, o que é um título equivalente, como identificá-lo em uma folha de rosto e conhecer o seu público, transcrever esse título torna-se apenas uma questão de consulta às normas;
- da mesma forma, se o catalogador souber, exatamente, identificar o(s) assunto(s) de um item e conhecer seu público, transcrever esse(s) assunto(s) em linguagem adequada é um ato mecânico de consulta às fontes utilizadas.

O que se deseja ressaltar, neste texto, é o fato de a Catalogação consistir em um processo de comunicação em mão dupla: transmite e recebe mensagens, para e do usuário. E esse processo se insere no ambiente mais amplo do próprio ciclo do conhecimento. Portanto, o trabalho intelectual do catalogador não repousa no conhecimento das normas, mas no estudo e conhecimento de seu público-alvo, suas necessidades e objetivos. Sem a teoria embasando a prática, pode-se chegar a excelentes catalogações, perfeitas e completas. Mas são catalogações perfeitas e completas o que o usuário espera, deseja, necessita ou compreende? Parece-nos estar na resposta a esta pergunta o segredo da boa catalogação.

*Artigo recebido em 10.08.87*

## ABSTRACT

### **From the Knowledge spiral to cataloging**

It suggests a new representation of the information cycle. From this point, cataloging becomes a communication process between user(s) and registered Knowledge. It defines cataloging and states its objective, functions and parts.

## REFERÊNCIAS

1. OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico; conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo, Atlas, 1986. 267 p. ISBN 85-224-0124-1.
2. SAGAN, C. *Cosmos. s.n.t.* Série de programas de televisão, apresentada no Brasil pela Rede Globo.

3. SARACEVIC, T. Tecnologia da informação, sistema de informação e informação como utilidade pública. *Ciência da Informação*, 3(1):57-67, 1974.
4. WHITEHEAD, A. M. *A função da razão*. Trad. de Fernando Dídimo Vieira. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985. 43 p. (Pensamento Científico) ISBN 85-230-0181-6.
5. RANGANATHAN, S. R. Library science and scientific method. *Annals of Library Science*, 4(1): 19-32, Mar. 1957.
6. LITTLEJOHN, S. W. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Trad. de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 407 p.